

A memória coletiva em famílias da *Sociedade Israelita de Ribeirão Preto*

The collective memory in families from the *Sociedade Israelita de Ribeirão Preto*

MILENA CALLEGARI COSENTINO

Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade de São Paulo

MARINA MASSIMI

Graduada em Psicologia pela Università degli Studi di Pavona, Itália; Mestre e Doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo, Brasil; Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Brasil

RESUMO O objetivo desta pesquisa foi estudar como membros e familiares de uma comunidade judaica brasileira vivem a memória coletiva e o que isso significa em suas vidas cotidianas, visando apreender o processo de constituição da identidade individual. De acordo com Maurice Halbwachs, a memória possui ao mesmo tempo um caráter individual e um coletivo, sendo modelada pela família e pelos grupos sociais. Foram colhidos depoimentos pelo método da história oral de 13 pessoas provenientes de cinco famílias descendentes de judeus que imigraram para o Brasil. Nos relatos nota-se a riqueza da diversidade e da semelhança: são pessoas da mesma família ou de famílias diferentes, que percebem e elaboram a experiência de suas famílias de modos distintos, particulares, complementares e às vezes parecidos. O material encontrado enriquece a análise e favorece a reflexão.

PALAVRAS-CHAVE Memória Coletiva; História Oral; Constituição da Identidade; Descendentes de Imigrantes Judeus.

ABSTRACT The aim of this research was to study how members and relatives from a Brazilian Jewish community live the collective memory and what it means in their everyday lives, in order to apprehend the process of individual identity constitution. From the perspective of Maurice Halbwachs memory has both an individual and a collective character, being partly shaped by both family and social groups. Testimonies were collected by the method of oral history, from 13 members of five families of Jewish descent who immigrated to Brazil. In the interviews we noticed a wealth of diversity and similarity: they are people from the same family or different families, who realize and elaborate their families experience in different, particular, complementary and sometimes similar ways. The material found enriches the analysis and encourages reflection.

KEYWORDS Collective Memory; Oral History; Identity constitution; Descendants of Jewish Immigrants.

O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA PESQUISA¹ FOI ESTUDAR COMO OS MEMBROS E FAMILIARES DE uma comunidade judaica² brasileira vivem a memória coletiva e o que isso significa em suas vidas cotidianas, considerando a diversidade das experiências individuais, com vistas a apreender o processo de constituição da identidade individual.

De acordo com Pierre Nora (1931), as mutações da sociedade atual e a aceleração do tempo histórico que elas refletem parecem levar, simultaneamente, a um impulso de coesão *com* e *no* passado, de arraigo às origens, buscando algumas pistas de identidade contidas nesse passado coletivo. Os fenômenos da globalização provocam a necessidade de enraizamento, de continuidade, de sucessão, de encadeamento; necessidades essas que, em muitos casos, a memória preenche (CUESTA, 2008).

Neste sentido, segundo Coenen e Huther *apud* Cuesta (2008, p. 40), “as transformações de fim de século da sociedade deixam o homem sem pontos de referência e sem raízes”; há a necessidade de enraizamento, que está relacionada aos traumas da segunda metade do século XX que resultaram do desenraizamento e da perda dos referenciais coletivos. As gerações do presente são arremessadas à universalização de um “pensamento único” e de uma “realidade total”. Logo, os indivíduos e os grupos buscam ou inventam suas raízes, se arremessam em suas lembranças, submergem no passado, no silêncio, no vazio, ou inventam suas tradições. Desta forma, a memória e as identidades coletivas se tornam o mastro a que se apegam (CUESTA, 2008).

“Se uma comunidade reconhece que viveu acontecimentos traumáticos e os utiliza na constituição de sua identidade, a memória coletiva perdura e a memória individual pode encontrar um lugar, ainda que transformada, dentro da paisagem” (SCHWARZSTEIN, 2011, pp. 80-81).

Algumas definições de memória

De acordo com Edwards, Potter e Middleton (1992, p. 441), a memória normalmente é definida como retenção, armazenamento de informações e experiências; “a diferença entre o que entra e sai e do que se aprende ou reaprende”. Para Le Goff (1992, p. 423), a “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Já Ruosso (1993 *apud* CUESTA, 2008) apresenta a memória como uma reconstrução psíquica e intelectual que supõe uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é do

indivíduo sozinho, mas de uma pessoa inserida em um contexto familiar, social, nacional. Nesse sentido toda memória é “coletiva”.

Cuesta (2008) afirma que a memória revela tanto aspectos da identidade pessoal como social e aponta qual lugar os indivíduos e os grupos ocupam na sociedade. De acordo com a autora, Maurice Halbwachs (1877-1945) estabeleceu as bases do que seria a sociologia da memória desde os anos 1930; as obras de Halbwachs, junto com as de H. Bergson e E. Durkheim são fundamentais para adentrar-se neste conceito.

Para Halbwachs, a memória está associada a uma consciência coletiva, sujeita a variações, não só de uma sociedade a outra, mas também de uma classe social a outra. “Quando o agente e depositário é um grupo, a necessidade de memória vem impulsionada pelo reforço da própria identidade que, apoiada na lembrança, une o grupo e o potencia para pedir justiça ou o capacita para evitar algo ou consegui-lo” (HALBWACHS, 1997, p. 134, *apud* CUESTA, 2008, p. 40).

Nos trabalhos sobre a memória, a lembrança, o esquecimento e o silêncio estarão presentes em alguma das fases do fenômeno estudado. A memória também é capaz de produzir a emergência de um mito, uma personagem ideal, ou de um contramito, de uma personagem rejeitável. De acordo com Cuesta (2008), a história contemporânea está cheia de mitos e contramitos: o estrangeiro, o emigrante, o diferente, o “outro”.

Memória e história

Durante muito tempo a história esteve associada à memória. Já dissemos que o mérito da delimitação da memória como um objeto específico no campo das ciências sociais é atribuído ao sociólogo durkheimiano Maurice Halbwachs, que apon-

tou a memória como o vivido, enquanto a história estaria restrita ao conceitual, marcada pelas divisões de tempo. Ele afirmava que “no desenvolvimento contínuo da memória coletiva não existem linhas de separação claramente traçadas como na história” (HALBWACHS, 1997, p. 134, *apud* CUESTA, 2008, p. 35).

A memória de uma pessoa se apoia muito mais no passado vivido do que no apreendido por livros, pela história escrita. Há uma distinção entre a história vivida e a história escrita: a primeira possui todos os elementos necessários para construir um panorama vivo sobre o qual se baseia o pensamento para conservar e reencontrar a imagem do passado (HALBWACHS, 2006).

Vale ressaltar que a memória coletiva se distingue da história pelo fato de ser uma corrente de pensamento contínuo e por viver na consciência do grupo que a mantém, não ultrapassando os limites desse grupo. Além disso, a lembrança é reconstrução do passado, apoiada em dados do presente que foram preparados por outras reconstruções feitas em épocas precedentes, de onde a imagem anterior já saiu bastante alterada (HALBWACHS, 2006).

Cuesta (2008) afirma que ambas, história e memória, se amparam no passado, mas a primeira para analisar e a segunda para sacralizar o passado, dar a ele uma coerência mítica em relação ao próprio presente para ajudar o grupo ou o indivíduo a viver ou sobreviver. De fato, ao se olhar para o passado, as dificuldades, desavenças, e más lembranças ficam menores, mais distantes, dando a impressão de uma realidade idealizada.

Neste sentido, de acordo com Cuesta (2008), a história faltaria à sua tarefa se, subjugada pelas fontes, sejam elas orais, escritas ou de outra natureza, sucumbisse aos barulhos da memória de ou-

tros e caísse nas armadilhas da subjetividade, sem um método crítico.

Memória coletiva

De acordo com Cuesta (2008), a história da memória se concentrou, sobretudo, na memória dos grupos e seu papel na consolidação de uma identidade coletiva. Pierre Nora (1978, *apud* Cuesta, 2008) aponta que a memória coletiva seria como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”. De acordo com Robert Frank (1992, *apud* Cuesta, 2008), a memória coletiva é a condição primária da memória individual e como para Halbwachs a memória é antes de tudo coletiva, são os indivíduos que se lembram, dentro dos marcos da sociedade em que estão inseridos.

Noiriel (1998, *apud* Cuesta, 2008) apresenta três ideias fundamentais sobre a memória coletiva: 1) Se escreve sempre no presente; o passado se apreende sempre em função das necessidades do presente; 2) O caráter concreto, sensível da memória; 3) A memória coletiva é subjetiva, no sentido que não aspira à universalidade, mas pretende manter, perenizar a identidade coletiva do grupo, exaltando os elementos comuns a seus membros.

Halbwachs define três níveis de memória, que são apresentados de uma forma sintetizada por Noiriel:

As lembranças individuais (que estão em relação com as experiências vividas); a memória coletiva, que se constrói, por sua vez, das lembranças comuns a todos os indivíduos de um grupo, que conheceram os mesmos acontecimentos e guardaram os rastros deixados por estes acontecimentos (no espaço, nas instituições, nos arquivos escritos ou nos relatos re-

lativos a esse passado); a tradição, que emerge quando os atores dos acontecimentos considerados desapareceram. Os rituais, os mitos, os relatos coletivos, as peregrinações ocupam então o lugar de lembrança” [itálico do autor] (NOIRIEL, 1998, p. 198, *apud* CUESTA, 2008, p. 63, tradução nossa).

Com relação à tradição, Cuesta (2008) aponta que o costume é um instrumento de poder que permanece depositado na memória das pessoas durante séculos, independente da classe social. Além disso, a comemoração é um lugar de encontro entre a institucionalização e a memória. Em outras palavras, a memória coletiva se perpetua através das comemorações, dos costumes e das tradições de um grupo ou sociedade.

Sob a perspectiva de Maurice Halbwachs (2006), a memória possui ao mesmo tempo um caráter individual e um coletivo, sendo, em parte, modelada pela família e pelos grupos sociais. Ele aponta a influência da história dos pais nos filhos: os acontecimentos históricos influenciam no modo de vida e nos hábitos dos indivíduos, uma vez que os pais “só eram o que eram porque viviam em tal época, em tal país, em tais circunstâncias políticas e nacionais” (HALBWACHS, 2006, p.77). Nesta perspectiva, Noiriel (1998, *apud* Cuesta, 2008) afirma que nossas lembranças permanecem mais vivas à medida que os grupos aos quais pertencemos perduram. Além disso, uma das principais modalidades do esquecimento se encontra na desvinculação do grupo.

De acordo com Ecléa Bosi,

a criança recebe do passado não só os dados da história escrita; mergulha suas raízes na história vivida, ou melhor, sobrevivida, das

pessoas de idade que tomaram parte na sua socialização. Sem estas haveria apenas uma competência abstrata para lidar com os dados do passado, mas não a memória (BOSI, 1994, p. 73).

Para Halbwachs (2006), são as repercussões, não o acontecimento em si, que entram na memória de um povo e cada grupo tem a sua memória e uma representação própria do evento e do tempo. Pouco importa se os fatos ocorreram no mesmo ano, se esta simultaneidade não foi observada pelos contemporâneos. Para se recorrer à memória do grupo, não necessariamente um ou mais de um de seus membros precisa estar presente. Além disso, é possível sofrer a influência de uma sociedade mesmo que se tenha afastado dela. E muitas vezes a pessoa atribui a si mesma ideias, reflexões, sentimentos e emoções que lhe foram inspiradas pelo grupo ao qual pertence, sem perceber que é apenas um “eco”.

As lembranças do indivíduo permanecem coletivas e são lembradas por outros, ainda que somente a pessoa tenha participado do evento, pois mesmo que esteja sozinha, os outros fazem parte de suas percepções e lembranças, e estão presentes em suas representações. Por ter participado de um grupo com outras testemunhas no momento lembrado, a pessoa pensava sobre alguns aspectos em comum com o grupo e, ao permanecer em contato com esse grupo, ainda é capaz de se identificar com ele e de confundir o seu passado com o dele (HALBWACHS, 2006). Halbwachs acrescenta ainda que a bagagem de lembranças históricas da pessoa pode ser aumentada por meio de conversas ou leituras, mas esta é uma “memória tomada de empréstimo”, que não é a dela (HALBWACHS, 2006, p. 72).

Memória coletiva e fontes orais

Alguns pesquisadores tenderam a aproximar a memória a conceitos relacionados à área das ciências sociais e humanas. Um deles, Pierre Janet (1859-1947), *apud* Le Goff (1992), considera que o comportamento narrativo é fundamental para o ato mnemônico e se caracteriza por sua função social, já que é através da comunicação de determinada informação ao outro que se constitui o objeto.

O testemunho é o resultado da ação do tempo sobre a memória e, também, da superação e combinação de diferentes memórias das quais o sujeito é portador: a memória pessoal, social, coletiva, e dentro desta, a familiar, de classe, nacional, política ou ideológica, entre outras (CUESTA, 2008). Neste sentido, a testemunha individual colabora para a criação de um testemunho coletivo.

É importante observar as reações das testemunhas frente ao acontecimento, assim como os sentimentos expressos, tais como a emoção e a angústia, entre outros, pois esses sentimentos distinguem a posição sincera de um narrador que optou pela verdade além da leitura que possa ter reelaborado do acontecimento (DULONG, 1998, *apud* CUESTA, 2008).

Ricoeur (1981, *apud* CUESTA, 2008, p. 125) aponta que, quando uma pessoa acredita no que a outra está dizendo, o mundo social torna-se “intersubjetivamente compartilhado” e a troca de confiança mútuas gera um vínculo entre essas pessoas, o que fortalece a interdependência, a semelhança e o sentimento de existir entre seres humanos.

Os judeus e a memória coletiva

Um dado interessante é que o criador do conceito de memória coletiva – Maurice Halbwachs – era judeu e viveu no período da Primeira e da Segun-

da Guerra Mundial. Além disso, foi preso pela Gestapo e morto em 1945, no campo de concentração de Buchenwald. Isso sugere que suas tradições familiares e culturais possam tê-lo ajudado a entender ou até mesmo criar o conceito de memória coletiva, além das circunstâncias externas da sociedade e da época em que vivia.

Como mostra Le Goff (1992), a memória, nas culturas antigas, foi sempre associada às experiências religiosas e, principalmente as religiões judaico-cristãs são caracterizadas como “religiões da recordação”, uma vez que, além da tradição histórica presente nas escrituras sagradas, há, em alguns aspectos, a necessidade da lembrança como tarefa religiosa fundamental; lembrar-se da salvação, dos feitos de Deus para com o povo, as ordens e do próprio Deus – *Yahweh*.

O reconhecimento de *Yahweh* é a memória fundadora da “identidade judaica” (LE GOFF, 1992, p. 443) e na *Torá* há trechos dizendo para não se esquecer de *Yahweh*, negligenciando Suas ordens, e para não esquecer que Ele os tirou da servidão do Egito, entre outras dificuldades e vitórias. Além disso, na própria escrita, na raiz das palavras em hebraico, há significados de lembrança: por exemplo, a palavra Zacarias significa “*Yahweh* recorda-se” (LE GOFF, 1992, p. 444). Isso torna o judeu um homem da tradição, cujas memória e promessa mútuas o ligam ao seu Deus. Em suma, “o povo hebreu é o povo da memória por excelência” (LE GOFF, 1992, p. 444).

A tradição judaica é, assim, desde suas origens, a tradição da memória por excelência. A Bíblia é o livro da lembrança; nela, a palavra “lembra”, que sintetiza temor ao esquecimento, é repetida 169 vezes. O mandato bíblico é um imperativo para todo o povo. É um duplo mandato: recordar e, seu antônimo, não se esquecer, pois este verbo tem um sentido negativo na Bíblia e é sempre o oposto da

memória (YERUSHALMI, 1984 e 1991, *apud* CUESTA, 2008, p.107).

De acordo com Cuesta (2008), há estudiosos, como J. H. Yerushalmi e A. Wiewiorka, que se empenham em mostrar como a *Bíblia*³ e o *Talmud*⁴ são paradigmáticos para ilustrar a memória e o esquecimento, cujo dinamismo transcende o próprio povo judeu. A história do povo judeu ilustra os mecanismos da memória e o conteúdo da lembrança, que não consiste em rememorar todo o passado. Em outras palavras, os rituais e os relatos transmitem, através do tempo, “o eco dos acontecimentos fundamentais cujos feitos principais por acaso se perderam para sempre” (YERUSHALMI, 1996, p. 27, *apud* CUESTA, 2008 p. 108).

Na tradição judaica os rituais e os relatos são dois canais fundamentais que transmitem a memória através dos tempos. As festas possuem um importante papel nos rituais e os relatos pela poesia oral, através das canções (CUESTA, 2008).

Essa necessidade de fixar os relatos e de dar continuidade à memória impulsionou à consolidação escrita da tradição e gerou uma verdadeira literatura histórica. Além disso, “o Holocausto atuou como catalisador da lembrança desde os primeiros momentos e gerou projetos, organizações, comemorações e suscitadores da lembrança sem comparação com nenhum outro grupo social neste meio século” (CUESTA, 2008, pp. 41-42).

A existência dos campos de concentração pôs em relevo como as experiências traumáticas vividas podem arrastar a necessidade da lembrança, em alguns casos, e do silêncio, em outros. Alguns sobreviventes sentem necessidade de contar imediatamente sobre o acontecido, como se tivessem um “dever de memória”, enquanto outros necessitam esquecer por um tempo e resgatar a lembrança no futuro (CUESTA, 2008).

Além disso, graças às inúmeras tradições asso-

ciadas, pela mistura de povos e crenças que ocorre nas imigrações, surgem uma diversidade e uma pluralidade de memórias, tanto nos indivíduos como nas sociedades. É importante destacar que os acontecimentos traumáticos voltaram a ressaltar a emergência de uma memória judaica, concentrada em torno do Holocausto e da criação do Estado de Israel (CUESTA, 2008). De acordo com a autora, no judaísmo pós-bíblico, o sentido de memória e a escrita da história não seguem caminhos paralelos; a memória coletiva é transmitida mais ativamente pelos rituais que pela crônica (CUESTA, 2008).

Com base nesta afirmação e em observações feitas na Sociedade Israelita de Ribeirão Preto, optamos por entrevistar famílias descendentes de judeus que imigraram para o Brasil, buscando entender melhor o fenômeno da memória coletiva.

O contato com os participantes

O contato com alguns dos participantes da pesquisa foi feito na própria Sociedade Israelita de Ribeirão Preto, em festas comemorativas e/ou em algumas das reuniões semanais. Os demais participantes foram indicados pela SIRP, por amigos ou por seus próprios familiares.

A SIRP⁵ é uma associação sociocultural e religiosa que congrega a comunidade judaica de Ribeirão Preto, que conta com aproximadamente 80 pessoas. Ela foi fundada no ano 2000 por alguns israelenses que passaram a morar em Ribeirão Preto para trabalhar na empresa de irrigação Netafim, depois de localizar alguns judeus que viviam nesta cidade, os quais também haviam mudado para lá com o fim de estudar ou trabalhar. Começaram realizando o *Shabat*⁶ na própria Netafim, o qual depois passou a ser comemorado na casa de um dos membros fundadores da SIRP.

Atualmente, há uma sede da instituição localizada na Rua João Godoy.

A memória coletiva e a memória social facilitam uma visão mais integrada dos participantes, pois ao elaborarem suas narrativas, a memória tem papel fundamental e auxilia uma análise mais “global”, uma vez que nos permite “ver a pessoa por inteiro”. Por isso, o conceito de memória coletiva é muito pertinente para a análise dos dados desta pesquisa, uma vez que o objeto do estudo são indivíduos que fazem parte de uma família, vinculados a um povo: o povo judeu.

Coleta dos dados: o método da história oral

Para a realização das entrevistas foi utilizado o método da história oral, que é uma narrativa linear e individual daquilo que o participante considera significativo (LEVY, 2006). Mais especificamente, o método utilizado foi o da história oral temática, pois, diferentemente das histórias de vida, ela baseia-se num questionário que possibilita recortar e conduzir a entrevista para assuntos mais objetivos. Este método se diferencia das entrevistas tradicionais, já que os procedimentos que o determinam não se restringem apenas ao ato de apreensão das entrevistas, mas a todas as etapas previstas no projeto: “elaboração do projeto; gravação; estabelecimento do documento escrito e sua seriação; sua eventual análise; arquivamento e devolução social” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 38).

Queiroz (2008) distingue as histórias de vida e apresenta a técnica do “Depoimento Oral”. Nesta técnica, o entrevistador lista uma série de temas que serão tratados durante a conversa e deixa que o participante fale acerca dos mesmos. O roteiro, feito antes da realização da entrevista, exige que o entrevistador conheça a história e o participante, a fim de que os assuntos mais relevantes sejam

abarcados. Embora a lista de temas deva ser a mesma para todos os entrevistados, podem surgir novos temas durante os depoimentos.

Neste trabalho, especificamente, o tema foi sugerido pela seguinte proposta: “Eu gostaria de saber se você se considera judeu e, se você assim se considerar, o que significa ‘ser judeu’ para você, levando em conta as dificuldades deste povo ao longo da história, como guerras, perseguições, e até mesmo o Holocausto, que é mais recente?” Obviamente, ao se fazer uma proposta do tema, as respostas serão, de alguma forma, conduzidas por este caminho. Por outro lado, há certa liberdade para os participantes relatarem o quê e da maneira que eles quiserem. Eles não irão, necessariamente, “responder” à “pergunta” da entrevistadora.

Vale destacar que a intenção da pesquisa que utiliza a história oral não é comprovar se os fatos relatados e seus pormenores são verdadeiros, principalmente por se tratar de uma abordagem que considera as distorções da memória mais como um recurso do que um problema (FERREIRA, 2002). Tem-se em vista manter o foco na escuta do indivíduo, daquele que relata, não se importando apenas com o conteúdo que esteja narrando, mas como estará revivendo o que estiver contando, observando como estes terão contato com as lembranças, bem como seus gestos e silêncios (LEVY, 2006).

É importante lembrar que a história oral temática é sempre de caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões únicas:

Em história oral, o “grupal”, “social” ou “coletivo” não corresponde à soma dos particulares. O que garante unidade e coerência às entrevistas enfileiradas em um mesmo conjunto é a repetição de certos fatores que, por fim, caracteriza a memória coletiva. A observância em relação à pessoa e sua unidade, contudo, é condição básica para

se formular o respeito à experiência individual que justifica o trabalho com entrevista, mas ela vale no conjunto. Nesse sentido, a história oral é sempre social. Social, sobretudo porque o indivíduo se explica na vida comunitária. Daí a necessidade de definição dos ajustes identitários culturais. (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 28)

Para a história oral, a memória é uma forma de evidência histórica e, portanto, deve ser analisada como tal. Considerando a memória como um conceito em que as pessoas constroem um sentido do passado, o qual se relaciona com o presente na ação de recordar, a reflexão passa a ocupar um lugar fundamental para a resignificação do passado que se recorda. Assim, visamos que os dados obtidos nas entrevistas não só complementassem, aprofundassem e ilustrassem acontecimentos pouco estudados, mas, também, mostrassem o significado que determinados acontecimentos tiveram para os entrevistados. (BENADIBA, 2007) A pertença a uma tradição possibilita a compreensão e acreditamos que os atores dos acontecimentos são os primeiros a interpretá-los, não sendo meros objetos de interpretação. Além disso, com base em Dosse (2001), atentamos para a intencionalidade, levando em conta as vivências e a dimensão do sentido contido nas entrevistas.

É importante ressaltar que o testemunho não é história. É necessário refletir sobre ele, para poder entender e inseri-lo na narrativa histórica. Apenas desta maneira torna-se possível transformar memória em história. (SCHWARZSTEIN, 2011)

A história oral é “sempre uma história do tempo presente e também reconhecida como história viva” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p.17), ela visa dar voz a pessoas que não participaram da “história oficial”, que é apresentada em livros e aprendida nas escolas. Através dela, minorias culturais e

discriminadas encontram espaço para validar suas experiências, oferecendo sentido social aos acontecimentos vividos em diversas circunstâncias, uma vez que a memória, a identidade e a comunidade são matérias-primas desta técnica. (MEIHY; HOLANDA, 2007)

Embora as entrevistas tenham sido feitas com pessoas mais jovens, que, salvo uma exceção, não viveram no período da Segunda Guerra Mundial, a partir de seus relatos podemos ter acesso à história de seus antepassados, o que não deixa de fazer parte de suas histórias e sua constituição enquanto seres sociais.

Em suma, o historiador deve buscar fazer com os relatos uma história objetiva da subjetividade, daquilo que é particular do objeto de estudo. Por meio das entrevistas, as fontes orais permitem que a memória seja erguida como um objeto histórico, nos possibilitando criar uma história da memória. (DOSSE, 2001)

Os participantes e seus relatos

“Não é a semelhança ou dessemelhança dos indivíduos que compõe o grupo, mas a interdependência dos destinos.” (Kurt Lewin)

A seguir apresentamos um breve resumo de cada entrevista, para situar melhor o leitor e, logo após, alguns aspectos analisados das entrevistas. Vale lembrar que os nomes são fictícios e ocultamos os demais nomes de pessoas e/ou instituições citadas nos relatos, visando preservá-las. Logo de início proporcionamos um quadro para facilitar a visualização dos participantes dentro de suas famílias, os quais são apresentados pela nacionalidade dos antecedentes, em seguida pelos nomes, cidade onde nasceram e suas profissões. Atualmente, todos moram em Ribeirão Preto.

Apresentação das famílias e dos participantes pela nacionalidade dos antecedentes, o nome (fictício), cidade onde nasceu, idade e profissão.

FAMÍLIA 1	FAMÍLIA 2	FAMÍLIA 3	FAMÍLIA 4	FAMÍLIA 5
Pai: Romeno Mãe: Brasileira (desc. poloneses)	Pai: Romeno Mãe: Polonesa	Pai e Mãe: Egípcios.	Pai: Iugoslavo Mãe: Iugoslava (não era judia)	Pai e Mãe: Romanos
Filha: Maria São Paulo, 52 anos, Psicóloga	Filha: Patrícia São Paulo, 65 anos, Aposentada (Relações Públicas)	Filho: Antônio São Paulo, 51 anos, Corretor Imobiliário	Filha: Vânia Franca, SP, 55 anos, Psicóloga	Filha: Zélia São Paulo, 82 anos, Aposentada (Profª Universitária)
Neto: Fernando São Paulo, 18 anos, Estudante	Neto: não quis participar.	Neta: Josy São Paulo, 21 anos, Estudante de Arquitetura	Neta: Talita Itajubá, MG, 24 anos, Estudante de Nutrição.	Neto: André Daniel São Paulo, 51 anos, Tradutor de Inglês
Neto: Calebe São Paulo, 13 anos, Estudante	Neta: Iracy São Paulo, 39 anos, Representante de Cobrança e Negócios	Neto: Alex São Paulo, 18 anos, Estudante de Jornalismo	Neto: não quis participar.	Neta: Raquel São Paulo, 49 anos, Funcionária Pública

Família 1: Maria, Fernando e Calebe

1.1. Filha: Maria, nascida em São Paulo, 52 anos, Psicóloga.

Maria começou relatando sobre a história da sua família, a história de seu pai, bem como as dificuldades enfrentadas por ele, que era judeu, proveniente da Romênia e adolescente no período da Segunda Guerra Mundial. As dificuldades enfrentadas por seu pai ao longo da vida contribuíram para que ele tivesse uma saúde mais frágil. Após um tempo escondido na Itália, mudou-se para Israel e ajudou na reconstrução e na constituição do Estado de Israel, depois se mudou para o Brasil, onde se casou e constituiu família. Sua esposa era brasileira, filha de judeus poloneses que mudaram para o Brasil ao fugirem da perseguição contra os judeus na Primeira Guerra Mundial. A família de Maria seguia a religião judaica. Essa tradição era mantida pela presença dos avós maternos, que eram

mais religiosos. Para sua mãe, ser judia era manter a tradição herdada dos seus pais. Já para seu pai, a identidade judaica era mais a questão do sionismo⁷, da constituição do Estado de Israel, pouco vinculada à religião. Assim, sua família era liberal com relação à religião, mas não com relação à tradição da cultura judaica. Na adolescência Maria passou por um período de questionamentos quanto à religião judaica, pois sua mãe não permitia que ela namorasse um não judeu. A partir disso surgiu uma fase “complicada”[sic], de questionamentos e ruptura com a tradição e religião dos pais e avós. Casou-se com um católico. Mas, como a família do marido morava em outra cidade, o casal teve mais contato com a família de Maria e seus filhos foram educados na tradição judaica, embora estejam inseridos no contexto brasileiro e tenham a influência católica da família do pai. Eles

conhecem e questionam as duas religiões. Maria termina dizendo que o fato do pai ter sofrido perseguições e não ter compartilhado muito com a família, somado à maneira como ela foi criada, levaram-na a, em um segundo momento, buscar suas próprias raízes e preocupar-se com a maneira de criar seus filhos, oferecendo-lhes liberdade para suas escolhas.

1.2. Neto: Fernando, nascido em São Paulo, 18 anos, Estudante.

Fernando se considera judeu por ter sangue judaico, mas não segue a religião judaica. Acha interessante alguns aspectos da religião, mas não é algo que faça diferença em sua vida. Em alguns momentos, pensa que seria importante transmitir, dar continuidade ao nome da família judia, mas não pensa em transmitir a religião e os ensinamentos para as gerações futuras, mesmo porque sua mãe nunca o obrigou a seguir o judaísmo. No entanto, gosta quando a família se reúne. Na época em que o avô era vivo, essas reuniões eram mais frequentes e o avô contava as histórias da época em que morava em Israel, da guerra, da perseguição dos nazistas, da perda de contato entre os membros da família, do período em que ele serviu o exército de Israel, entre outras. Fernando gostava de ouvir as histórias diferentes, que assinalavam a superação do avô. Aos 13 anos optou por não seguir o judaísmo, quando começou a fazer as aulas de Bar Mitzvá e passou a se questionar sobre a existência de Deus. Não sabe dizer se é ateu ou não, apenas não fica pensando na existência de Deus.

1.3. Neto: Calebe, nascido em São Paulo, 13 anos, Estudante.

Calebe considera-se judeu por descendência, mas, por opinião, escolha própria, é ateu. O fato do avô ter lutado, fugido da Romênia e vindo pa-

ra o Brasil não influenciam sua vida no dia a dia. Quando ele participava do *Shabat*, essas questões eram mais presentes e o influenciavam um pouco mais, mas depois parou de frequentá-lo e de pensar nisso. Ele ia às reuniões de *Shabat* com sua mãe, mas não gostava de ir e não via muito sentido nelas. Acredita que, se seguisse a religião judaica, a história do povo judeu teria maior influência em sua vida. Ele relata que há preconceito e discriminação, e, por ser judeu, seus amigos o tratam como “diferente”. No entanto, não acredita que esse preconceito ou discriminação dos amigos seja algo ruim, pejorativo, mas apenas que eles o consideram diferente.

Família 2: Patrícia e Iracy

2.1. Filha: Patrícia, nascida em São Paulo, 65 anos, Aposentada (Relações Públicas).

Patrícia começou contando que os filhos dela não seguem o judaísmo, mas que a entrevistadora “teve sorte”[sic], pois sua neta vai fazer o Bat Mitzvá. O “livrinho do *Shabat*”[sic] ensina que se deve transmitir o judaísmo aos filhos e netos para que nunca “morra”. Seu pai era judeu, proveniente da Romênia (Rússia) e sua mãe da Polônia. Eles se conheceram em São Paulo e, como tinham vindo ao Brasil por medo da guerra, procuravam sempre pessoas em famílias judias para se casar. Seu pai faleceu aos 59 anos de idade, quando ela estava grávida da segunda filha, e ela colocou na filha um nome em homenagem ao do pai, mantendo a tradição de preservar na família o nome dos que faleciam. Antigamente as mulheres não iam muito à sinagoga, mas agora que ela está com mais idade ficou mais religiosa, pois se casara aos 17 anos com um espanhol, que não era judeu. Na época, seus pais não aceitavam o casamento, temendo que ela se afastasse do judaísmo. Ela real-

mente se afastou. Embora tenha ficado um pouco revoltada na época, depois ficou decepcionada por ter magoado os pais e disse que se casou muito iludida e a realidade é diferente. Depois de 30 anos de casada se separou. Patrícia disse que seus pais não conversavam muito sobre a guerra com os filhos, pois, a seu ver, eles não queriam transmitir uma imagem ruim da vida para eles. Ela não gosta de saber da história, nem de assistir filmes sobre o nazismo, pois fica muito chocada. Fica indignada ao ver pessoas sofrendo ou na miséria e diz que se revolta porque vê “que é muita maldade e geralmente quem faz o mal é que ganha”[sic]. Participa da SIRP desde o começo e até conta um pouco da história do surgimento. Sente-se um pouco impotente porque os filhos não seguem a religião. Para ela, “ser judia” sempre tem um pouco de influência em sua vida. Ela gostaria de compartilhar com as pessoas, mas tem medo de se deparar com alguém que “detesta” os judeus.

2.2. Neta: Iracy, nascida em São Paulo, 39 anos, Representante de Cobrança e negócios.

Para Iracy, o judaísmo não depende só da religião. Filhos de mãe judia são judeus. A mãe dela é judia e o pai não, mas eles sempre deram liberdade para que os filhos escolhessem, embora a mãe ensinasse sobre a religião judaica, contasse histórias e falasse dos significados. Em certa época, ela estudou várias religiões, para tentar entender e mesmo porque em Ribeirão Preto há poucas famílias judias. Quando se mudaram para Ribeirão, não tinham um local para se reunir. Além disso, nesta cidade as pessoas não tem muito conhecimento sobre a religião judaica. Embora tenha medo de falar que é judia, Iracy tem orgulho de sê-lo, por considerar que os judeus são sobreviventes, “não se perderam nisso tudo” e afirma que teve a sorte de nascer em uma família que

preservou a fé e a cultura judaica, já que muitos foram obrigados a negar a religião e a descendência para sobreviver. Como ela não teve muito contato com os avós, sabe dos acontecimentos do passado porque estudou sobre o assunto. Na SIRP eles também faziam reuniões e falavam da importância de dar continuidade, sempre respeitando o livre-arbítrio dos filhos. Embora trabalhe aos sábados, ela tenta seguir o judaísmo na maneira do possível e diz que “ser judia” influencia em sua vida, pois tem uma bagagem, uma história toda de luta e seus pais e avós batalharam muito para conquistar o que conquistaram.

Família 3: Antônio, Josy e Alex.

3.1. Filho: Antônio, nascido em Cairo, Egito, 51 anos, Corretor de Imóveis.

Para ele, ser judeu é ser “predestinado”: diante de todas as dificuldades pelas quais já passaram, ter sobrevivido a tudo isso significa que é um “povo escolhido por Deus”[sic]. O judaísmo “é uma religião bonita, que segue a Deus”[sic], com todos os preceitos, os Dez Mandamentos e focada no bem. Toda a sua família é proveniente do Egito, são judeus sefarditas, isto é, judeus de origem árabe, que não chegaram a sentir muito a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. No entanto, eles sofreram uma perseguição política no Egito, do presidente da época, que estatizou todos os bens dos judeus e, consequentemente, forçou sua saída do Egito. Antônio considera enriquecedor saber de toda essa história, porque, apesar de todo o sofrimento que seus pais vivenciaram na época, eles conseguiram vencer e aumentar a família e diz que, se eles conseguiram vencer, ele sente a obrigação de conseguir também. Como saiu do Egito muito pequeno, ele não lembra muito, mas o que sabe é de ouvir sua mãe contar. Sua família

sempre seguiu o judaísmo, “mas nada muito religioso”[sic]. Seu avô materno era o mais religioso e depois que ele faleceu a família “deu uma relaxada” [sic]. Ele e sua família (esposa e filhos) celebram o *Shabat* em casa quando não vão à SIRP e participam das festas.

3.2. Neta: Josy, nascida em São Paulo, 21 anos, Estudante de Arquitetura.

Josy se considera judia por ter nascido em uma família judia. A família toda do seu pai é judia e sua mãe é convertida. Além disso, ela segue o judaísmo, na medida do possível, não é ortodoxa, mas sempre que pode vai ao *Shabat*, segue todas as festas e as lembranças. Quanto à história da família, eles nasceram no Egito, inclusive seu pai e sua tia, que saíram de lá muito pequenos, sem nada, pois foram expulsos. Para ela, por um lado, é forte e ruim saber desta história, mas por outro lado é bom saber que eles sobreviveram, conseguiram continuar, saber que tem uma “família guerreira” [sic]. No dia a dia, ela não sente influência desta história, mas em sua vida sim: carrega consigo não desistir e sempre enfrentar as dificuldades, pois “o povo judeu é um povo de muita força, sempre, na história inteira, desde a escravidão, até o Holocausto” [sic]. Para ela, ser judia, não é só nascer em uma família judia ou fazer parte de uma religião, mas “entender a história”, ter fé, a essência, mesmo que não consiga seguir tudo, mas conhecer e gostar da religião. Visitou Israel em 2010/2011 em um programa para jovens judeus e aprendeu muito. Além disso, participa de acampamentos judaicos em Campinas, onde fez amizades e aprendeu muito, até se tornou monitora dos mais novos; disse que isso é muito comum: a família, os amigos, passam os ensinamentos para as crianças, para próximas gerações.

3.3. Neto: Alex, nascido em São Paulo, 18 anos, Estudante.

Alex disse que a família do pai é toda judia, proveniente do Egito. Já a família da mãe não é judia, mas ela se converteu ao judaísmo para se casar. Ele se considera judeu porque ela se converteu, se não ele não seria, já que é a religião da mãe que é transmitida aos filhos. Alex fez Bar Mitzvá quando tinha 13 anos e segue a religião, “o máximo que dá” [sic], embora não vá muito à SIRP porque estuda (as reuniões são de sexta-feira à noite). Para ele, ser judeu é uma religião, um estilo de vida, de orgulho pelo passado. Ele acha que a história do povo judeu não tem influência em sua vida. No entanto, por ser a história da sua religião, se preocupa com o que aconteceu no Holocausto, mesmo não tendo nenhum parente que foi vítima. Saber da história de sua família tem certa influência em sua vida, pois também sofreram e, por terem batalhado e estarem vivos até hoje, diz: “é um exemplo de vida, que eu levo dos meus avós” [sic].

Família 4: Vânia e Talita.

4.1. Filha: Vânia, nascida em Franca, SP, 55 anos, Psicóloga.

Vânia começou contando que sua situação é muito difícil de definir, pois não teve uma educação judaica, nem religiosa, nem cultural, mesmo que acredite ter recebido uma educação informal do pai, que é judeu. No entanto, como sua mãe não era judia e considera-se judeu quem nasce de uma mãe judia, seu pai respeitou essa diferença. Ela sempre via o pai rezando todas as noites com a quipá⁸, mas ele guardou a religião só para si e não a transmitiu aos filhos. Para ela, a história da sua família, cultural e religiosa, é muito dividida: seu pai era judeu, sua mãe cristã ortodoxa e ambos tinham vindo da Iugoslávia para o Brasil sem a família. Além disso,

Vânia recebia influências do catolicismo, que era a religião de seus amigos e ensinada na escola. A história do povo judeu a toca profundamente e ela acredita que sofre influências muito sutis, que nem consegue perceber, como, por exemplo, ter uma forte sensibilidade com injustiças e odiar a discriminação. Acredita que o judaísmo a influencie mais no sentido cultural do que religioso. Ela conta que seu pai não ficava chorando o passado e sempre foi uma pessoa conciliatória. Também acredita que as dificuldades de adaptação em um país estrangeiro foram boas para seu pai, porque assim a questão do Holocausto ficou um pouco menor.

4.2. Neta: Talita, nascida em Itajubá, MG, 24 anos, Estudante de Nutrição.

Talita não se considera muito judia, mas depois que conheceu melhor a história, em uma viagem a Israel, sua visão mudou, principalmente por estar relacionada com sua família. Ao mesmo tempo em que sente orgulho do desenvolvimento de Israel, fica triste pelos acontecimentos do passado e os do presente, mesmo que não viva essa história diretamente. Ela acredita que esta história tenha mais influência em sua vida do que possa imaginar. Exemplifica dizendo que sente necessidade de se responsabilizar pelos outros, como se tivesse, no inconsciente coletivo, o anseio de resgatar seus antepassados. Além disso, tem medo de ficar sozinha, de perder as pessoas, sempre foi muito apegada à família e é muito emotiva. Ela não se considera judia por não ser praticante, mas gostaria de ter sido mais próxima e disse que em Ribeirão Preto ainda há muito preconceito e sua mãe sempre a ensinou a não contar para todo mundo que é descendente.

Família 5: Zélia, André Daniel e Raquel.

5.1. Filha: Zélia, nascida em São Paulo, 82 anos,

Aposentada (Professora Universitária).

Zélia se apresentou como brasileira e contou um pouco do percurso acadêmico e profissional. Em seguida, contou que seus pais eram imigrantes da Romênia (Bessarábia). Seu pai não tinha muito estudo e, chegando ao Brasil, trabalhou como vendedor. Sua mãe veio no ano seguinte e ela se queixava muito de antisemitismo⁹, tinha muito medo dos ataques (*Pogroms*)¹⁰. Uma parte da família dos pais de Zélia mudou-se para a Argentina, outra para o Brasil e outra para os Estados Unidos. Os que permaneceram na Romênia foram levados para trabalhos forçados. Ela acha frustrante não saber mais do que aconteceu com a família. Lamenta que seus pais não eram muito religiosos e nunca a obrigaram a aprender o ‘hebraico’ [sic]¹¹. Ela até tem algumas fotos da família, “mas não consegue ler o que está escrito atrás em ‘hebraico’, ou no jargão judaico que é o ídiche” e a história da família ficou ‘truncada’ [sic]”. Conta que morou um tempo nos Estados Unidos e lá esteve mais próxima da religião, mas no Brasil apenas mantinha os grandes feriados judaicos. Zélia afirma que tem medo de se expor e sofrer rejeição por ser judia. Às vezes sente muito orgulho, mas ao mesmo tempo, muito medo. Ela não gosta de ser diferente. Além disso, fica indignada com situações de antisemitismo. Soube das histórias da Segunda Guerra Mundial através de uma tia que foi levada para trabalhos forçados e depois se mudou para o Brasil, mas no período da guerra, eles quase não recebiam notícias sobre os acontecimentos.

5.2. Neto: André Daniel, nascido em São Paulo, 51 anos, Tradutor de Inglês.

Daniel começou contando que não se considera judeu e não tem nenhuma religião. Nunca sentiu falta dela e seus pais, que são cientistas, também nunca o incentivaram a buscá-la. Seu pai ficou

mais espiritualizado no fim da vida, antes estava mais voltado para o trabalho. Eles se mudaram para Ribeirão Preto há 50 anos e, consequentemente, se distanciaram da família de origem e do judaísmo, já que a SIRP não havia sido fundada. Ele foi obrigado pelos pais a fazer o Bar Mitzvá em São Paulo, aos 13 anos, por ser uma oportunidade de reunir a família, mas como ele cresceu sem a necessidade de religião, aquilo não fazia sentido para ele. Mas, para ele, “ser judeu” está intimamente ligado com a religião. Quem mais comentava com ele sobre a história de sua família era sua avó, quando ele morou em São Paulo com ela por um tempo. Ele conta que ter “negado” [sic] o judaísmo pode estar associado a ele ter ficado sabendo que era filho adotivo, mais ou menos na mesma época. Mas, em outros momentos, disse que os pais não quiseram ou não conseguiram passar a religião para ele e para sua irmã, embora na cultura judaica isso seja muito incentivado. Daniel sente que seu nome pesa, pois é um nome judeu, sendo que ele mesmo não é.

5.3. Neta: Raquel, nascida em São Paulo, 49 anos, Funcionária Pública.

Raquel começou dizendo que não frequentava a SIRP e não sabia como poderia ajudar a entrevistadora. Contou que, se falasse que não se considera judia, seus pais ficariam muito chateados. Disse que se considera judia, mas não frequenta a SIRP. Conhece a história, mas não sente mágoas pelo que aconteceu “por meio de uma pessoa insana” [sic], sendo que poderia ter sido com qualquer outro grupo no lugar dos judeus. Não consegue olhar para a história e se sentir perseguida, como alguns se sentem, talvez por não ser tão religiosa e próxima da cultura. Para ela, o judaísmo é uma religião e, acima de tudo, uma comunidade. Mas ela acredita que a religião está dentro das pes-

soas e que tem um deus dentro dela e não precisa seguir uma religião. Raquel acha que a história da sua família não a influencia, mesmo porque são pessoas que ela não conheceu.

A memória coletiva e a constituição da identidade

Ao olhar para os relatos notamos que há uma riqueza pela diversidade e semelhança: são pessoas da mesma família ou de famílias diferentes, mas que percebem e elaboram a experiência de suas famílias de modos distintos, particulares, complementares e às vezes parecidos, o que enriquece a análise e é muito útil para a reflexão, servindo-nos de modelo em alguns aspectos da vida.

Diante da pergunta “O que significa ser judeu para você...?”, os participantes foram convidados a olhar para o grupo, mas ao mesmo tempo para si mesmos. Ao terem contato com uma pessoa diferente (entrevistadora), as histórias precisaram ser lembradas para serem contadas, podendo ocorrer um processo de ressignificação: novos sentidos, reflexões e interpretações são gerados. Eles mesmos apontam que, no cotidiano, não pensavam sobre o tema.

Podemos perceber a necessidade de um grupo para respaldar essa memória, mesmo porque, ao se contar junto, ocorre a elaboração da memória e esta se consolida. O dinamismo da memória coletiva auxilia a comunidade judaica e a maioria das famílias entrevistadas a não abafarem a cultura, a religião, a história e as tradições ao longo do tempo, diferentemente do que aconteceu com outros povos que se misturaram com outras sociedades e foram extintos, como por exemplo, incas, astecas e até mesmo os índios do continente americano, de modo geral.

Zanini (2004, *apud* RABINOVICH, 2013) afirma em seu estudo que, quando há ausência de uma

história identitária, a família é o elo que permite o indivíduo refazer a história coletiva de seu grupo e refazer a si mesmo. Esse respaldo da identidade pode ser feito através da família, dos amigos, da própria SIRP e até de outras instituições judaicas. A memória não está restrita à lembrança das pessoas, bem como a suas narrativas, mas está presente em vários aspectos do cotidiano. Talita e Josy, por exemplo, tiveram suas identidades reforçadas quando conheceram Israel. Um dado interessante é que há um programa chamado Taglit¹², que possibilita jovens de origem judaica, de 18 a 26 anos, filhos de pai ou mãe judeus, viajem a Israel, para que tenham a oportunidade de conhecer suas origens.

Isso nos leva a pensar sobre a necessidade e/ou busca de manutenção das origens e tradições por parte dos judeus. Como dito na maioria dos relatos, eles tem o costume de transmitir as tradições e ensinamentos para os filhos e, mesmo que não sigam a religião, consideram que os filhos de mãe judia são judeus. Esta é uma característica forte deste povo e está associada à memória coletiva.

Além disso, mesmo que alguns não se preocupem em transmitir as tradições, eles enfatizam a “obrigação” de passar o sangue e/ou sobrenome judeu para que não se percam. Nesse sentido, parece haver um embate: ao mesmo tempo em que sentem essa necessidade de permanecer e dar continuidade ao povo judeu, os participantes vivem no contexto brasileiro e, mais especificamente em uma cidade do interior de São Paulo, onde a comunidade judaica não é muito forte e expressiva. Com isso, eles recebem influência de várias direções: da memória coletiva relacionada à família de origem; de pertencer ao povo judeu; da relacionada à religião (judaísmo); de outras religiões (como o catolicismo, por exemplo); e do povo brasileiro, considerando que o contexto em que vivem e se desenvolvem apresenta uma mistura de crenças e costumes.

Sanchis (2012) apresenta essa característica do Brasil e do povo brasileiro: o sincretismo, que é uma “porosidade das identidades”, ou seja “uma tendência relacional transformadora das identidades” (SANCHIS, 2012, p. 29). Ao mesmo tempo em que os entrevistados são descendentes de judeus e carregam consigo algumas características, crenças e tendências culturais deste povo, eles também são brasileiros, alguns estudaram em colégios católicos (Iraci, Vânia e Talita), tiveram influências de familiares e amigos de outras religiões e também sofrem a influência cultural do Brasil e da cidade onde vivem.

Outro aspecto interessante é que muitas vezes eles atribuem a si ideias ou até mesmo “lembranças” de um passado que não viveram, mas que faz parte da história de vida de seus antecedentes (HALBWACHS, 2006). É importante observar que em alguns momentos eles falam, por exemplo, “*nós* superamos” ao relatar que o povo judeu superou as perseguições e dificuldades enfrentadas no Holocausto. Em outros momentos fala-se “eles tem esse costume”, ao relatar sobre determinado costume judaico. Ou seja, em alguns momentos os depoentes se incluem no grupo de pertença (judeu), mesmo que não tenham passado por determinada situação e em outros momentos este olhar é “de fora”, como se não pertencessem ao grupo.

Ao contar a história de sua família, alguns tiveram por base os próprios relatos dos antecedentes. Outros tiveram que buscar em livros, já que os pais ou avós não contaram as experiências ou as contaram de maneira restrita. Independente da forma como obtiveram as informações, todos, exceto Raquel e Daniel, contaram algo sobre as histórias de suas famílias e algumas vezes se inseriam nelas. Em outros momentos narravam com “olhar de fora”. De qualquer forma, a história narrada pela família se mistura com a dos livros, mas não deixa de ser uma memória coletiva dos acontecimentos.

Assim, percebemos que a memória coletiva é presente nos relatos dos participantes, já que suas percepções e lembranças estão, de alguma forma, vinculadas ao grupo de pertença. Obviamente, consideramos que a própria pergunta da entrevistadora, por sugerir um tema específico, possa ter influenciado suas respostas.

A maioria dos depoimentos é baseada nos relatos orais, isto é, no que ouviram dos pais ou avós sobre a história da família e do povo do qual fazem parte. Esta característica marcante deles transmitiremos ao longo das gerações as crenças e tradições, conserva a memória coletiva do povo judeu.

A memória do silêncio

“Se não soubermos esquecer, nunca estaremos livres de tristeza.”(Textos Judaicos)

Através dos relatos dos descendentes podemos encontrar características pessoais e alguns recursos utilizados pelos sobreviventes para elaborar os traumas: mudar-se de país, não ficar apegado ao passado, ser bem-humorado, alegrar-se com as pequenas conquistas do dia a dia, entre outras.

Através das percepções e dos relatos dos participantes, notamos o quanto os pais e/ou avós se fortaleceram diante das dificuldades. Mesmo tendo que abandonar suas casas, mudar de país sem levar quase nada, ter que começar a vida “do zero”, eles superaram e conseguiram se adaptar bem na “nova vida”. Isso reflete uma força *na e pela* diversidade, ou seja, se fortaleceram com o acontecimento, eles “pegaram o limão e fizeram uma limonada”[sic]. Uma ilustração que isso remete é a do avião: diante da mesma circunstância – o vento – ele sobe ou desce, de acordo com a maneira como ele posiciona suas asas. Atualmente, as dificuldades têm sido apresentadas e encaradas pelas

pessoas como se fossem maiores do que realmente são e muitos, ao invés de se fortalecerem e crescerem com elas, se enfraquecem e sucumbem.

Apesar de toda essa superação por parte dos imigrantes, a maioria dos descendentes disse sentir falta de que os pais ou avós contassem mais abertamente sobre suas vivências. Isso mostra que, para a maioria, houve a necessidade de silenciar suas experiências passadas. Talvez por serem dolorosas, talvez por serem vergonhosas ou até mesmo por não as considerarem importantes. O motivo não se sabe. Mas guardar as informações, seja por defesa pessoal, seja para preservar os descendentes, é visto por alguns como algo prejudicial.

Realmente, a lembrança, o esquecimento e o silêncio compõem a memória. O fato de não se lembrarem ou silenciarem sobre o que aconteceu, não significa que não têm memória, mas pelo contrário, é apenas uma de suas faces que se revela. Fernando aponta que, quando fazia alguma pergunta, o avô não respondia, mudava de assunto ou fingia que não tinha ouvido. Ao pensar sobre a dificuldade do pai para compartilhar, Maria acabava encontrando um sentido para sua própria história, já que a leva a buscar suas raízes.

Às vezes, mesmo que os descendentes saibam parte da história, eles próprios desejam esquecer, como é o caso de Patrícia. Já Vânia vê a mudança de país e o “silêncio” do pai como a “salvação” para ele.

Este é outro aspecto a se considerar: a boa adaptação dos pais/avós no Brasil. Cavignac (2001, p.79, *apud* RABINOVICH, 2013) aponta, em seu trabalho com nordestinos migrantes, que quando há uma identificação com o novo local e a migração é satisfatória, o sentimento de identificação com o grupo de origem desaparece; há uma “identificação com o novo local de vida e uma reapropriação do espaço, através da negação de suas raízes”

Em outras palavras, ao se adaptarem no Brasil, conseguiram começar de novo, trabalhar, conquistar bens, aumentar a família e viver de uma maneira mais “tranquila”, sem perseguições e grandes conflitos; os judeus imigrantes podem ter se identificado com o grupo brasileiro. Não necessariamente negaram suas raízes, uma vez que mantiveram suas crenças e tradições, mesmo que estas tenham ficado adormecidas por um tempo. No entanto, tiveram dificuldades de transmitir suas experiências, crenças religiosas e tradições para as gerações seguintes.

É interessante observar que a família de Antônio parece estar mais bem resolvida com as questões do que aconteceu no passado e, também, com o sentimento de pertença ao judaísmo. Isso pode ser decorrente da conversão de sua mulher e ambos seguirem a religião e a transmitirem para os filhos. Mas também, pode remeter à mãe de Antônio ainda estar viva e contar suas experiências do passado para ele e seus filhos. O fato de ela contar e de eles terem acesso a essas vivências faz com que haja uma continuidade e uma elaboração também por parte deles, por saberem suas origens e que, embora sua família tenha sofrido, é uma família “guerreira”[sic], “batalhadora”[sic]. Isso ajuda na constituição deles próprios. No caso de Vânia, por exemplo, isso é diferente, pois ela mostra que sente como se faltasse um “elo na corrente”[sic], por não saber direito do passado da família.

As mudanças no decorrer das gerações

Diante das narrativas podemos perceber diferenças no modo de pensar e viver das três gerações: 1ª) pais (imigrantes); 2ª) filhos; 3ª) netos. Essas diferenças podem resultar tanto dos distintos momentos históricos que viveram, quanto pelas experiências de vida, a maturidade, os valores que vão mu-

dando ou sendo construídos e consolidados ao longo da vida. Como mostramos anteriormente, alguns dos pais ficaram mais religiosos no final da vida e até alguns dos filhos também tiveram esse caminho, como por exemplo, Patrícia e Maria.

Assim como Iracy, Maria teve um momento de busca por outras religiões e respostas. No entanto, ambas retomaram suas origens, aliás, Iracy diz: “Na verdade eu nunca saí, eu só tive a escolha e a liberdade...” (25/07/2012).

É interessante observar que as entrevistas dos filhos foram mais longas do que as dos netos e houve maior riqueza de detalhes. Isso mostra o distanciamento do tema ao longo das gerações ou a diferença de olhar das próprias gerações, por conta da idade ser diferente: os contextos sociais, políticos e as próprias experiências são diferentes.

O impacto das experiências enfrentadas gerou reações diferentes nos sobreviventes e nos descendentes. A partir dos relatos, a maioria dos pais teve o movimento de “fechamento”, no sentido de apenas aceitarem que seus filhos se casassem com pessoas do mesmo grupo de pertença (judeus) por conta das perseguições que sofreram. Já os filhos, tiveram um movimento de abertura para o diferente, casando-se com pessoas de outras religiões e /ou culturas, mostrando uma atitude integradora: todos os filhos, exceto Zélia, se casaram com católicos: Maria, Patrícia, Vânia e Antônio; a esposa deste, porém, se converteu ao judaísmo. Os netos que já se casaram – Daniel e Raquel – também se casaram com pessoas católicas.

Isso pode ter acontecido tanto pela dificuldade de encontrar pessoas do mesmo grupo para se relacionarem, mas também pela busca do diferente, de acrescentar à cultura, de não discriminar e não ser discriminado. Além do mais, para os filhos, enquanto brasileiros, que não sofreram perseguições, e cujo círculo de relacionamentos era maior

e mais diversificado, as possibilidades de casarem com judeus diminuíram. Adicionalmente, o apego às tradições e o “pode ou não pode” do judaísmo eram menores para os filhos e netos.

Como se pode perceber, as influências religiosas e o próprio sentimento de pertença ao povo judeu também variam de acordo com as gerações. Além de suas próprias experiências, Maria, por exemplo, acredita que seus filhos também vão encontrar seus respectivos caminhos com o tempo. Já Patrícia, lamenta por seus filhos não seguirem o judaísmo, no entanto Iracy aponta que encontrou essa liberdade na própria mãe.

De uma forma ou de outra, os laços com as tradições dos pais/avós foram se afrouxando. Este distanciamento maior por parte dos netos também pode ter resultado da escolha dos filhos de casarem com não judeus. No entanto, vale lembrar que Zélia se casou com um judeu e eles também não transmitiram para seus filhos a cultura e a religião judaicas – talvez pelo fato de serem adotados, como Daniel pondera em outro momento. Ele complementa que, mesmo que tenha feito o Bar Mitzvah, não via sentido, pois não tinha sido ensinado pelos pais até então.

Outra questão interessante é que os pais (imigrantes) foram apresentados como pessoas mais conformadas, no sentido de aceitarem mais as situações e tirarem bom proveito delas. Já os filhos parecem ser mais revoltados, intolerantes com a injustiça, não só contra os judeus, mas contra o ser humano, de modo geral. Os netos lamentam, mas não parecem ficar tão “revoltados”[sic] como seus pais.

Por fim, não se pode afirmar que a maneira deles elaborarem o trauma e superarem as dificuldades seja moldada pelo fato de serem judeus. No entanto, a própria crença, cultura e as tradições transmitidas (por exemplo, “ser o povo escolhido

por Deus”[sic]) também influenciam as características e comportamentos pessoais.

Orgulho x Medo

Os participantes, de modo geral, disseram que no Brasil e em Ribeirão Preto não sofreram preconceitos. Fernando, Calebe, Alex e Josy disseram que contam para os amigos mais próximos que são judeus e eles acham legal, mas muitos desconhecem o que é “ser judeu”. Alguns se interessam e fazem perguntas; outros somente brincam, “zoam”, na escola. Eles são jovens e, na fase da adolescência, essas brincadeiras são comuns, por isso não se incomodam com isso. Mas, no geral, eles não contam com tanta frequência e para desconhecidos. Talita, por exemplo, disse que não fica contando para todo mundo que é judia, pois tem medo de preconceito.

Já os mais velhos apresentam uma postura mais receosa de se identificar como judeus. Já tiveram experiências de contar para pessoas e elas reagiram com preconceito. Também disseram que em Ribeirão Preto as pessoas desconhecem esta religião e apresentam atitudes diferentes. Patrícia conta que sua filha teve um professor antissemita e se sentiu muito sufocada. Mas Iracy não mencionou esta situação.

Esta ambivalência é bem presente nos relatos dos participantes: ao mesmo tempo em que tem orgulho de pertencer a este povo e/ou à religião judaica, na maioria das vezes eles não contam para as pessoas, pois não sabem se vão se deparar com um antissemita. Isso mostra que, por mais que o Brasil seja conhecido como um país com baixos índices de discriminação, o receio de sofrer preconceito e discriminação ainda existe; mesmo mais diluído ao longo das gerações, ainda permanece.

Às vezes não é tanto a questão do preconceito ou da discriminação em si, mas os incomoda *ser* ou *se sentir* “diferentes” ou não “comuns”, igual às pessoas com quem convivem e que são de outras religiões. Pensando no que Cuesta (2008) aborda a história contemporânea, eles se encaixariam como os “contramitos” – o estrangeiro, o emigrante, o diferente, o “outro”. Zélia, por exemplo, disse que uma professora uma vez ficou surpresa porque ela ia para Jerusalém e perguntou se ela era judia, como se fosse “uma criatura diferente” [sic] e isso a incomodou. Além disso, em alguns momentos, o preconceito ou a discriminação não vem necessariamente de fora, mas de dentro: “eu não gosto de ser diferente” [sic].

Ao olhar para a história de seus pais/avós, alguns descendentes se sentem orgulhosos por pertencerem a uma família guerreira, batalhadora, que não se rende facilmente, mas supera as dificuldades da vida. Isso acaba gerando a responsabilidade ou até mesmo o sentimento de “obrigação” [sic] de não desistir diante das dificuldades, mas sempre lutar e seguir em frente.

O orgulho de pertencer a um povo que superou as perseguições e o Holocausto, sem perder a dignidade, a fé e os costumes também está presente. Ao verem o desenvolvimento de Israel e judeus espalhados pelo mundo todo preservando as tradições, se alegram por pertencer a este povo. Mas há também a consciência de que tudo isso é conquistado com trabalho, garra e que “nada cai do céu” para eles, como disse Antônio.

Ao mesmo tempo há, em alguns, sentimentos de revolta, indignação, tristeza, pelo fato de seus antecedentes terem sofrido de maneira tão gratuita pelo simples fato de serem judeus. Como disseram Josy e Talita, saber destes acontecimentos sensibiliza mais quem é judeu do que quem não é. Mas, por outro lado, o sentimento de superação e

força do povo judeu também está presente e os fortalece.

O pertencer ao povo judeu

“Educa a criança no caminho em que deve andar; e até quando envelhecer não se desviará dele.”
(Provérbios 22:6)

O sentimento de pertença ao povo judeu está atrelado a vários aspectos. Segundo Maria “na religião judaica se mistura muito religião, com tradição, com cultura, com povo, com Estado” (Maria, 21/05/2012). Como já apresentamos, há questões religiosas, mas também de descendência, de “sangue judeu” [sic]. Por isso o casamento entre judeus é tão importante, embora essa importância tenha sido questionada no decorrer das gerações.

A necessidade de passar adiante os costumes, o sobrenome da família e as tradições são importantes. A tradição parece estar associada não só aos costumes, mas à transmissão de valores, crenças, religião, cultura, caráter, entre outros.

Determinados participantes apresentam que “ser judeu” é participar de uma religião, um estilo de vida, de orgulho pelo passado. Outros apresentam a ideia de fazer parte de um povo, cultura e tradição. Alguns têm dificuldade de se considerar judeus porque não seguem nem as tradições culturais, nem as religiosas; consideram-se judeus apenas pela descendência, por ter “sangue judeu”. Já a maioria relata que judeu é filho de mãe judia, seja pela descendência ou pela religião e a importância de transmitir para os filhos os ensinamentos aparece muitas vezes.

Eles encontram algumas maneiras próprias de seguir a religião judaica, mas também revelam certos problemas: o amor pela religião *versus* dificuldades de identificação; dificuldades de seguir a

religião no Brasil *versus* tentativas de segui-la ao máximo, entre outros aspectos. Isso mostra mais uma vez a diversidade de posicionamento dos entrevistados. Alguns valores também estão associados com a religião judaica. Antônio, por exemplo, apresenta o judaísmo como uma religião voltada para o bem. Iracy também apresenta valores relacionados à experiência e à religião judaica e tenta transmiti-los aos filhos.

Além disso, como dito anteriormente, alguns participantes expressam críticas com relação às desigualdades sociais, sofrimento de pessoas, violência, assassinatos e não só os que são feitos contra os judeus, mas também contra os que afetam os seres humanos de um modo geral.

Fora isso, algumas características foram apresentadas como próprias do povo judeu e tendo alguma influência na vida dos entrevistados: o hábito de um judeu ajudar aos outros, principalmente os da família; os valores com relação ao caráter e o conhecimento transmitido e a preocupação e valorização dos estudos, já que o conhecimento é a única coisa garantida que a pessoa pode levar consigo quando tiver que fugir de uma perseguição.

Quanto ao costume de “judeu casar com judeu”, Vânia, Maria e Raquel disseram que não casaram na igreja católica, mas só no civil. Patrícia, embora não relate, parece também não ter casado na igreja católica. Mas sua escolha de se casar com um católico trouxe consequências mais severas que para as demais: sua mãe ficou três anos sem conversar com ela e por fim ela se arrependeu de não ter acatado o conselho dos pais.

De modo geral, a maneira como os descendentes diretos (filhos) enxergam o “ser judeu” – povo ou religião – influencia o modo como vivem e transmitem a identidade e a religião, a cultura e a tradição judaicas para a próxima geração. Por exemplo, Patrícia considera muito importante passar a

religião para os filhos e fica um pouco frustrada por seus filhos não a seguirem. Mas isso não significa que os filhos terão a mesma percepção dos pais: Iracy valoriza mais a descendência, independente da religião, e passa para seus filhos a questão cultural, oferecendo a religião como “opção”[sic]. Assim, alguns valores e crenças vão sendo transformados ao longo das gerações.

Agora, “filho de judeu, judeuzinho é?” Não necessariamente. Os filhos de mãe judia se consideram judeus, mesmo que não sigam o judaísmo (Patrícia, Maria, Zélia, Antônio, Fernando, Calebe e Iracy). Josy e Alex também se consideram assim, já que sua mãe é convertida. No entanto, Vânia não se considera judia, pois seu pai era judeu e sua mãe não. Igualmente, Daniel não se considera, embora seu nome tenha um certo peso, por ser “nome de judeu”[sic]; ele é filho adotivo e nunca sentiu necessidade da religião. Já Raquel que, segundo Daniel, também é filha adotiva, se considera uma “judia não praticante”[sic].

É importante considerar que, quando a religião ou cultura é transmitida pelos pais para a criança e quando há uma prática constante da religião na família, provavelmente ela vai continuar estas práticas. Mesmo que saia, busque outras religiões ou filosofias, em algum momento acaba voltando, como é o caso de Maria e Iracy. Mas, quando não se aprende desde pequeno, é mais difícil que o adulto venha a aderir à cultura e/ou religião e até mesmo a se considerar judeu.

Vânia e Talita lamentam não terem sido mais aproximadas à cultura e à religião quando eram mais novas, pois agora não se sentem judias, embora atualmente sintam influências indiretas em suas vidas. Na família de Maria, seus filhos foram educados na tradição judaica, embora estejam inseridos no contexto brasileiro e tenham recebido também influência católica da família do pai. Eles

conhecem e questionam as duas religiões: judaica e católica e se dizem “ateus”. Patrícia lamenta que os filhos não sigam a religião judaica, enquanto Iracy afirmou que a segue. Vale ressaltar que, nestas três famílias, houve influência do catolicismo nos netos, que receberam influências tanto do judaísmo como do catolicismo.

Já Zélia e seu marido, que também era judeu, não transmitiram os ensinamentos da religião e da cultura para os filhos, enquanto Daniel lamenta não ter sido mais aproximado pelos pais à cultura e à religião. Apenas na família de Antônio todos se consideram judeus e seguem a religião judaica. Alex parece não se identificar com o povo, mas apenas com a religião, talvez pelo fato da mãe ser convertida ao judaísmo.

Envolvimento com a SIRP

Alguns dos participantes são mais envolvidos com a SIRP, outros não muito; frequentam a Sociedade Israelita de vez em quando. Fernando, Calebe, Daniel e Raquel não a frequentam e não apresentam interesse pela religião.

Com a criação do Dia da Memória, reconhecido pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, a SIRP apresenta um movimento de elaboração e construção. De acordo com Schwarzstein (2011), quando uma comunidade reconhece os acontecimentos traumáticos e os utiliza na constituição de sua identidade, a memória coletiva se mantém e as memórias individuais se encaixam dentro do contexto. Neste sentido, a Sociedade Israelita ajuda a manter a identidade e a memória de seus membros. Pensando mais além, ela pode até influenciar na memória e nas representações do indivíduo, nesta busca de perpetuar a lembrança do trauma.

Os membros da SIRP, com exceção do pai de Vânia, não passaram pela situação traumática em

si, mas muitos são descendentes de judeus e alguns são convertidos ao judaísmo. No entanto, nas principais festas que eles comemoram, sempre há a lembrança dos acontecimentos do passado do povo judeu, bem como orações e canções que remetem a estas vivências.

Alguns dos participantes relatam que seguir o judaísmo em Ribeirão Preto é mais difícil, pois há poucas pessoas envolvidas, diferente de São Paulo. Outros se envolveram mais na SIRP do que se envolviam em São Paulo.

Patrícia participa desde o começo e é bastante ativa. Iracy esteve mais envolvida em outra época, mas ainda se considera participante. Mesmo não frequentando muito a SIRP recentemente, ela se inclui no povo judeu e no próprio grupo de Ribeirão Preto; ela é judia porque sua mãe é judia e seus filhos também são judeus, querendo ou não, e fazem parte deste povo.

Pelo fato das reuniões do *Shabat* serem na sexta-feira à noite, alguns não conseguem participar, pois estudam ou trabalham. Outros trabalham aos sábados, que deveriam ser “guardados” pelos judeus. Assim, eles vão se adaptando e se envolvendo “o máximo que dá”[sic], de acordo com suas condições de vida.

Maria se envolve bastante e já foi até presidente da SIRP. Antônio e sua família também são bastante envolvidos e, inclusive, sua filha (Josy) é a professora de dança hebraica. Vânia e Talita participam apenas de algumas festas, a pedido do pai/avô.

Embora as reuniões iniciais fossem na casa de Zélia, ela participa raramente das atividades da SIRP e seus filhos também não participam, exceto quando Raquel precisa levá-la e acaba esperando lá mesmo.

Na própria SIRP encontramos diferenças de possibilidades de envolvimento e diferentes crenças. Há famílias que não mantiveram as tradições

judaicas, participando apenas um ou outro membro da família. Enquanto umas se envolvem mais ativamente, outras participam apenas das principais festas. Enfim, mesmo dentro da SIRP aparece a característica sincrética do Brasil e “é esse jeito de ser gente, diferente de grupo para grupo, que constitui a cultura” (SANCHIS, 2012, p. 21).

Considerações Finais

Nosso objetivo nesse trabalho era estudar como a comunidade judaica vive a memória coletiva e a relação desta com a constituição da identidade individual. Neste processo, observamos alguns aspectos: a necessidade de contar ou silenciar; como eles enfrentam os eventos traumáticos; como eles preservam ou deixam de preservar a religião e as tradições; as mudanças ao longo das gerações; a relação com o trabalho e com o meio em que vivem; os valores herdados e transmitidos para as próximas gerações, entre outros que surgiram nas narrativas dos participantes. Vale ressaltar que os relatos teriam infindáveis conteúdos para serem explorados e apenas alguns destes aspectos foram abordados neste estudo.

O conceito de memória coletiva iluminou a maneira de olharmos para os participantes e seus relatos. Possibilitou a percepção do que ficou do passado no grupo estudado e o que este grupo fez com o passado (LE GOFF, 1992).

Como o objeto de estudo eram descendentes de judeus que imigraram para o Brasil, inicialmente nossas expectativas estavam um pouco mais direcionadas para as experiências traumáticas, o sofrimento e o apego ao passado. No entanto, nossos entrevistados mostraram um forte movimento de superação e resiliência por parte de seus antepassados que imigraram para o Brasil, capacidade para começar “do zero”[sic], “sem nada”[sic], aumen-

tar a família e conquistar estabilidade. Nos relatos, eles mostraram uma vida bem adaptada no Brasil. Este é um fenômeno interessante, que pode ser mais explorado.

De modo geral, a motivação de perseverar diante das dificuldades da vida é vista como fruto da história de superação dos antecedentes judeus. Não só pela experiência do Holocausto, mas também pelas diversas perseguições enfrentadas ao longo da história deste povo. Saber desta história das guerras, das perseguições, mexe muito com quem é judeu. Mesmo que não haja nenhum membro da família que tenha passado pelo Holocausto, os descendentes de judeus ficam muito tocados ao ouvir as histórias; segundo eles, ficam mais tocados do que os que não são descendentes.

Muitas outras questões poderiam ser exploradas: O que faz com que eles se comovam mais? Seria a identificação? O que os seus antepassados (que ainda estão vivos) fariam sobre esse assunto? Como seria estudar o trauma e a superação entrevistando pessoas que realmente passaram por situações traumáticas? Como eles reagiriam e como transmitiriam (ou não) para as próximas gerações? Entre muitas outras...

No entanto, independente da origem e do motivo (traumático ou nem tanto) que os trouxe para o Brasil, essas famílias se estabeleceram neste país e acabaram absorvendo certas características presentes na cultura brasileira. O sincretismo é uma delas. Podemos entender o sincretismo como um processo, que se dá numa conjuntura desigual entre culturas, já que envolve uma política e uma cultura dominante (SANCHIS, 2012). Neste sentido, há uma tentativa de manutenção da tradição cultural judaica, mas ao mesmo tempo uma imposição (não necessariamente violenta) da cultura brasileira, e até mesmo um desejo por parte dos imigrantes de participarem desta cultu-

ra predominante. Assim, no resultado “final”, a cultura dos descendentes seria fruto de uma combinação entre a cultura judaica e a brasileira, processo este inacabado, que vai se transformando com o passar do tempo.

NOTAS

1 Para maiores informações, consultar Cosentino (2013). A autora contou com o apoio da CAPES e da FAPESP para a realização do Mestrado em Psicologia na Universidade de São Paulo.

2 Judaico (a): que diz respeito aos judeus (Fernandes, Luft e Guimarães, 1997).

3 Bíblia: o livro sagrado do cristianismo. Todas as igrejas cristãs reconhecem duas partes distintas da Bíblia: as escrituras hebraicas, designada como Antigo Testamento, e os escritos especificamente cristãos, chamados Novo Testamento (Folha de S. Paulo, 1996, p. 113).

4 Talmude: (do hebraico *Talmud*, ‘estudo’), compilação das interpretações e comentários da lei oral judaica, codificada na *Mishná* (tratado de ética e leis baseado na tradição oral dos cinco séculos que vão da época dos últimos profetas bíblicos até o fim do século 2º d.C.) (Folha de S. Paulo, 1996, p. 919).

5 SIRP (2012): Conteúdo fornecido pela própria Sociedade Israelita de Ribeirão Preto. Contato: sirp.informativo@gmail.com

6 *Shabat*: Celebração do dia de descanso semanal, do anoitecer de sexta-feira ao entardecer de sábado, em respeito ao dia em que Deus descansou no sétimo dia após criar o mundo (SIRP, 2012).

7 Sionismo: movimento que defendia o retorno dos judeus à Palestina. Iniciou-se, em 1897, sob a liderança de Theodor Herzl (Folha de S. Paulo, 1996, p. 890).

8 Quipá: O significado da palavra *kipá* é “arco”. É um lembrete constante da presença de Deus. Relembra o homem de que existe alguém acima dele, de que há Alguém Maior (Deus) que o acompanha em todos os

lugares e está sempre o protegendo, como o arco, e o guiando. Os sábios judeus afirmam que cobrir a cabeça também está associado à humildade, pois lembra o homem que Deus está acima de sua cabeça (intelecto) (CHABAD, 2013).

9 Antissemitismo: hostilidade aos judeus. No final do século XIX e início do século XX foi fortemente evidente na França, Alemanha, Polônia, Rússia e outros países, e muitos judeus fugiram de perseguições, principalmente para a Grã-Bretanha e para os Estados Unidos. Após a Primeira Guerra Mundial, a propaganda nazista na Alemanha incentivou o antissemitismo, alegando a responsabilidade dos judeus pela derrota alemã; em 1933, a perseguição aos judeus era intensa em todo o país. A ‘solução final’, concebida por Hitler, deveria se materializar no holocausto, ou extermínio de toda a ‘raça’ judaica, e cerca de quatro milhões foram mortos em campos de concentração entre 1941 e 1945 (no total, estima-se que seis milhões de judeus foram mortos pelos nazistas). O antissemitismo era forte característica da sociedade na antiga União Soviética, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, e se tornou mais evidente com fim do regime socialista. A tensão entre o povo árabe (que também é semita) e os judeus sionistas desde 1948 tem sido de natureza religiosa e geopolítica. Sobre várias formas e em diferentes segmentos, o antissemitismo subsiste no mundo contemporâneo (Folha de S. Paulo, 1996, p. 54).

10 *Pogroms*: ataques contra minorias religiosas, raciais ou nacionais, frequentemente contra os judeus (Folha de S. Paulo, 1996, em *Sionismo*, p. 890).

11 O ídiche era a língua falada pelos judeus da Romênia no período anterior à Segunda Guerra Mundial.

12 “Taglit-Birthright Israel oferece como presente uma viagem educativa a Israel, para jovens judeus entre 18 a 26 anos. Os fundadores do Taglit-Birthright Israel criaram este programa, que proporciona a milhares de jovens judeus de todo o mundo uma incrível vivência, a fim de diminuir a crescente divisão entre Israel e comunidades judaicas ao redor do mundo, para reforçar o sentimento de solidariedade e fortalecer a identidade judaica dos participantes e sua conexão com o povo judeu.” (Fonte: www.taglit-birthrightisrael.com, acessado em 13/04/2013).

REFERÊNCIAS

- BENADIBA, Laura. *Historia Oral. Relatos y Memorias*. Editorial Maipue, Buenos Aires, p.71, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHABAD. *Judaísmo na Prática*. Disponível em: <<http://www.pt.chabad.org/>>. Acesso em 17 de abril de 2013.
- CONGREGAÇÃO ISRAELITA PAULISTA. Disponível em: <<http://www.cip.org.br/>>. Acesso em 16 de abril de 2013.
- COSENTINO, Milena Callegari. *A memória coletiva e a construção da identidade em famílias da Sociedade Israelita de Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, 2013.
- CUESTA Bustillo, Josefina. *La Odisea de la Memoria*. Alianza Editorial, S. A., Madrid, 2008.
- DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate de sentido* (trad. Ivone Castilho Benedetti). Editora UNESP: São Paulo, 2001.
- EDWARDS, Derek.; POTTER, Jonathan; MIDDLETON, David. "Toward a discursive psychology of remembering". *The Psychologist*, Loughborough University of Technology. October, 1992, pp. 441-455.
- FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, E. Marques. *Dicionário Brasileiro Globo*. 47 ed. São Paulo: Globo, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. "História, tempo presente e história oral". *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, v. 03, n.5, julho-dezembro, pp.314-332. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2011.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Nova Enciclopédia Ilustrada Folha: A Enciclopédia das Enciclopédias*. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A., 2 v, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva* (trad. B. Sidou). São Paulo: Centauro. 2006 (Original publicado em 1968).
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória* (trad. Bernardo Leitão) 2.ed. Campinas, São Paulo: Editora UNICAMP. 1992.
- LEVY, Sofia Débora. *Oito relatos SOBRE VIVER antes, durante e depois do Holocausto por homens e mulheres acolhidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Duramã: Federação Israelita do Rio de Janeiro, 2006.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom & HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'" in LUCENA, Célia Toledo; CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri (orgs.). *Pesquisa em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo: CERU, 2008, pp. 35-77.
- RABINOVICH, Elaine Pedreira. *Os herdeiros da colônia Philippson: trajetória de uma família de judeus imigrantes no Rio Grande do Sul*. Trabalho de Pós-Doutorado junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013 (mimeo).
- SANCHIS, Pierre. "O 'som Brasil' uma tessitura sincrética?" in MASSIMI, Marina (org.). *Psicologia, cultura e história: perspectivas em diálogo*. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2012, pp. 15-54.
- SCHWARZSTEIN, Dora. *Historia Oral, memória e histórias traumáticas, Historia Oral*, 2001, v.4, pp. 73-83.

Recebido em 16 de setembro de 2013

Aceito em 13 de dezembro de 2013